

## DAS RAÍZES DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA A ARQUEOLOGIA PROCESSUAL: UM ESBOÇO GERAL

Hiuri Marcel Di Baco\*

Neide Barrocá Faccio\*\*

Juliana Rocha Luz\*\*\*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo fazer uma análise das vertentes teóricas Histórico-Cultural e Processual, apresentando as principais características de cada uma para discutir e entender como essas abordam a cultura material nos estudos arqueológicos. Dessa maneira, começaremos nosso estudo abordando as raízes da pesquisa arqueológica, na sequência, um pouco dos estudos científicos evolucionistas na arqueologia, até a sua consolidação como ciência na segunda metade do século XIX. Em seguida, abordaremos ao menos o fundamental sobre essas diferentes tendências teóricas na arqueologia. Devido à complexidade de assuntos e questões, apresentaremos e discutiremos apenas um estudo de caso para cada uma dessas vertentes.

**Palavras-Chave:** Antiquariado; Arqueologia; Teoria; Histórico-Cultural; Processual.

---

\* Mestrando em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Parceiro do Projeto do Núcleo de Ensino.

\*\* Professora das disciplinas Antropologia (4 créditos) e Etnologia e Etnografia do Brasil (4 créditos), do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente, da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente.

\*\*\* Mestranda em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Parceira do Projeto do Núcleo de Ensino.

## FROM THE ROOTS OF ARCHAEOLOGY TO PROCESSUAL ARCHAEOLOGY: A GENERAL OUTLINE

**Abstract:** This article is intended to make an analysis of Cultural-Historical archaeological theory and Processual, showing the main features of each one to discuss and understand how these address the material culture in archaeological studies. This way, we will begin our study addressing the roots of archaeological research, in sequence, a bit of scientific studies in evolutionary archaeology, until its consolidation as science in the second half of the 19th century. Then we will cover at least the basics about these different theoretical trends in archeology. Due to the complexity of issues and questions, we will present and discuss a case study for each of these aspects.

**Keywords:** Antiquarian; Archaeology; Theory; Cultural-Historical; Processual.

### 1. As raízes da pesquisa arqueológica

A sistemática dos trabalhos arqueológicos tem suas raízes no antiquariado dos séculos XVI e XVII. O antiquário estudava aquilo que colecionava, era cético, se interessava pelos fatos individuais, pela história local e evitava o envolvimento com estudos relacionados a fatos políticos da história (MOMIGLIANO, 2004, p. 87).

A pesquisa do antiquariado era sistemática, pois abrangia todo o tema, ou seja, partia do individual e abrangia a sua totalidade. Era rigorosamente descritiva, porém não utilizava datas para explicar o assunto estudado e sim o exame detalhado de um por um dos objetos e a relação entre eles. Essa maneira sistemática de abordar os temas era despreocupada com o fator tempo. Assim, a explicação da história pela cronologia dos eventos seria a principal diferença entre a história e o antiquariado (MOMIGLIANO, 2004, p. 94).

A arqueologia pré-histórica, durante o começo e metade do século XIX, desenvolveu-se diferentemente pelos países europeus. Na Escandinávia, a arqueologia fundamentou-se no pensamento iluminista e se

propôs a entender, a partir dos remanescentes arqueológicos e da seriação, como método para estabelecer cronologias, como determinados povos viveram no passado.

O antiquário Christian Jürgensen Thomsen foi um pioneiro no desenvolvimento do método de seriação. Sua metodologia de trabalho consistia em analisar achados arqueológicos fechados, ou seja, aqueles objetos encontrados, por exemplo, em contextos de sepultamento que permitissem ao pesquisador afirmar com segurança que foram enterrados juntos. Além disso, os achados isolados eram agrupados em sequência. Para tanto, baseava-se nas similaridades estilísticas dos artefatos (TRIGGER, 2004, p. 74).

Assim, Thomsem classificou os artefatos em tipos. Seu objetivo era distinguir artefatos de bronze, feitos na Idade do Bronze, de outros de mesmo tipo, feitos na idade do Ferro. Para isso, separou os objetos encontrados juntos dos achados isolados e, com base na decoração e na forma, agrupou os artefatos em conjuntos. Dessa maneira, criou um quadro cronológico de sequência para o conjunto de artefatos da pré-história dinamarquesa (TRIGGER, 2004, p. 74).

O mais interessante desses estudos é que Thomsem desenvolveu uma metodologia própria, fundamentada em análises que se unem e convergem para o arranjo entre estilo, decoração e contexto.

Na França e na Inglaterra a arqueologia pré-histórica desenvolveu-se em torno do estudo sobre o Período Paleolítico e foi influenciada pela antropologia evolucionista e pelas ciências naturais. Pesquisadores como Boucher de Perthes (1850) aplicaram o método de análise estratigráfica, desenvolvido pela geologia e paleontologia, para determinar estágios de desenvolvimento cultural e a antiguidade da humanidade.

A teoria evolucionista apregoava que a estrutura do corpo físico humano e sua cultura tornaram-se mais complexos com o passar do tempo. Assim, a o objetivo dos arqueólogos do paleolítico era dispor os sítios em ordem cronológica, a fim de identificar estágios de desenvolvimento (TRIGGER, 2004, p. 92).

Entretanto, a grande maioria dos evolucionistas tem uma concepção antropológica preconceituosa de progresso humano, pois não levavam em consideração as particularidades culturais regionalmente estabelecidas nos assentamentos de diferentes sociedades.

O trabalho de acordo com Chapman (1985) Pitt Rivers (1890), militar e antiquário do final do século XIX e início do século XX, apresenta os princípios evolucionários de continuidade para a organização de peças arqueológicas e etnográficas e mostra um exemplo de visão antropológica preconceituosa do progresso humano.

Ele compara crânios humanos Irlandeses com os crânios de aborígenes Australianos e primatas superiores, para colocar “a “raça” Irlandesa numa hierarquia hipotética de desenvolvimento mais baixa” (CHAPMAN, 1985, p. 28, tradução nossa).

Para organizar suas coleções, Pitt Rivers fez as primeiras classificações tipológicas de artefatos e propôs que esses fossem expostos no museu por meio de círculos concêntricos que representassem fases de desenvolvimento. Assim, no primeiro círculo, ele colocaria os achados do Período Paleolítico, no segundo, do Neolítico, no terceiro, do Bronze, no quarto, do Ferro, no quinto, da Idade Média e, no sexto, objetos de arte da Idade Moderna. Esses círculos seriam separados por ângulos que identificariam áreas geográficas distintas nas quais civilizações de mesmo estágio de desenvolvimento seriam agrupadas (CHAPMAN, 1985, p. 41).

Seu entendimento da evolução tecnológica dos objetos se baseia na concepção de que as sucessivas gerações de um mesmo objeto herdavam das anteriores as características tipológicas. Em suas primeiras classificações, Pitt Rivers também separou os objetos de sua coleção nas categorias Era da Pedra, do Bronze e do Ferro.

Assim, Pitt Rivers foi um inovador ao organizar tipologicamente sua coleção e a utilizar sua influência como militar para expandi-la, principalmente, com objetos muito bem documentados, alguns deles foram obtidos de pessoas que estiveram em contato direto com os indivíduos que os produziram. Dessa forma, pode-se dizer que ele foi um dos primeiros pesquisadores a se preocupar em contextualizar suas peças por meio de leituras geográficas e etnográficas e a disponibilizá-las para serem estudadas na academia.

Sua concepção de que os objetos evoluem progressivamente, passando por estágios de desenvolvimento está de acordo com o evolucionismo vitoriano<sup>1</sup>. Assim, o pressuposto era que as sociedades

---

<sup>1</sup> Segundo Moreira (2009), o evolucionismo vitoriano entendia que havia apenas uma história cultural da humanidade, ao contrário dos difusionistas como Frans Boas (1940) que não acreditava na tese de uma origem comum da cultura humana, afirmando que havia variações de traços e especificidades culturais em cada sociedade.

evoluíam, passando de um sistema cultural mais simples, onde homem tem como meio de subsistência a caça e coleta, em direção a outro mais complexo, como as sociedades urbanas controladas pelo Estado.

Essa compreensão europeia ocidental da cultura, no início do século XIX, colocava seus valores e práticas culturais como o padrão central na avaliação de outras culturas e socialmente mais importantes que os demais, daí a origem do termo etnocentrismo.

## **2. A Arqueologia Histórico-Cultural**

Essa ideia antropológica de centro cultural, o nacionalismo crescente e o ceticismo com relação ao progresso tecnológico, teria fortalecido o interesse dos arqueólogos por problemas étnicos e históricos. Além disso, propiciou uma reação ao evolucionismo, na Arqueologia Anglo Americana do século XX, relacionando os estudos da distribuição geográfica dos diferentes tipos e conjuntos de artefatos com grupos históricos (TRIGGER, 2004, p. 146).

Dessa maneira, a Arqueologia Histórico-Cultural surge no final do século XIX, na Europa, interessada principalmente nos estudos das histórias nacionais. Assim, os arqueólogos nacionalistas como Gustaf Kossina (1911) procuravam estabelecer um quadro dos grupos étnicos que habitaram seus territórios no passado.

Nessa época entendia-se que os traços tecnológicos de um objeto são relacionados a uma cultura que se espalhava a partir de um centro de origem, e por meio de rotas de difusão atingiam as áreas marginais. Os etnólogos como Friedrich Ratzel (na Alemanha), que também era geógrafo e Franz Boas (na América do Norte), não acreditavam nas capacidades cognitivas humanas para inventar objetos mais de uma vez ou repetidas vezes. Consequentemente, havia “um crescente apelo à difusão e à migração para explicar mudanças culturais” e [...] “a ideia de que os artefatos pudessem ter sua origem última comum rastreada no passado” (TRIGGER, 2004, p. 147, tradução: Ordep Trindade Serra).

Em síntese, o evolucionismo, na arqueologia, procurava estabelecer um padrão universal para medir o grau de desenvolvimento humano de diferentes culturas. De acordo com esse ponto de vista, as sociedades teriam passado por estágios de desenvolvimento que partiam dos mais

simples em direção aos mais complexos. O difusionismo, num primeiro momento, na Arqueologia Histórico-Cultural foi entendido no seu sentido mais extremo, ou seja, cada cultura era considerada como o resultado de uma sequência única de desenvolvimento.

Num segundo momento, por volta do ano de 1920, os arqueólogos haviam se familiarizando e produzido um conhecimento tão bem sobre o registro arqueológico que pouca menção era dada as ideias de que todo desenvolvimento cultural tinha ocorrido numa única região do mundo (TRIGGER, 2004, p.149).

Entretanto, essa mudança na forma de pensar o registro arqueológico não rompeu totalmente com o pensamento evolucionista. De acordo com Trigger (2004, p. 150) essa foi uma transição gradual que muitas vezes misturava explicações difusionistas com traços evolucionistas.

Kossina (1911) foi o primeiro a aplicar o enfoque histórico direto ao estudo de uma vasta região. Por meio de uma atitude nacionalista, Kossina tentou relacionar seus estudos da pré-história alemã com os povos de línguas indo-européias, a fim de descobrir a pátria originária desses indivíduos e conseqüentemente dos alemães (TRIGGER, 2004, p.159).

Para tanto, partiu da certeza de que a cultura material não era apenas definida pelos conjuntos de artefatos, mas pelo entendimento de como as pessoas viveram no passado. Sendo assim, para Kossina (1911) havia várias culturas diferentes na pré-história europeia. Dessa forma, ele denominou-as como um mosaico de culturas arqueológicas e procurou não apenas documentar como os europeus viveram, mas, também, saber o que aconteceu com esse povo no passado (TRIGGER, 2004, p. 162).

Dessa maneira, os grandes grupos étnicos, como os germanos, correspondiam a uma divisão regional cultural e as culturas individuais a tribos. Kossina (1911) propôs o mapeamento das distribuições de tipos de artefatos característicos de determinados grupos tribais, pois acreditava que assim seria possível determinar onde eles tinham vivido em diferentes períodos da pré-história, esse procedimento ele denominou de arqueologia dos assentamentos (TRIGGER, 2004, p.160).

A ideia fundamental de Kossina era que “os artefatos poderiam ser usados para identificar culturas e que províncias culturais claramente distinguíveis refletiriam áreas de assentamentos de tribos ou grupos étnicos” (JONES, 1997, p. 2, tradução nossa).

Começaria então a analogia etnográfica aplicada diretamente à arqueologia, pois Kossina relacionava grupos tribais conhecidos com culturas arqueológicas particulares em um período arcaico, dessa forma remontaria essas culturas arqueologicamente no tempo.

Gordon Childe, no início da sua carreira, como Kossina também queria localizar a origem dos povos falantes de línguas indo-européia. Para o estudo da civilização europeia, Childe definiu o conceito de cultura arqueológica<sup>2</sup> como "certo tipo de vestígios – vasos, apetrechos, adornos, ritos funerários, formas de habitação – que aparecem associados de forma recorrente" (CHILDE, 1929 apud TRIGGER, 2004, p. 165).

Trigger (2004) expõe nesse trecho mais algumas características sobre o quadro teórico que Childe desenvolveu para interpretação do registro arqueológico.

[...] Enfatizou que cada cultura deve ser descrita de modo a ver-se individualizada em termos dos artefatos que a constituem. Sublinhou que culturas não podem ser definidas tão somente pela subdivisão em bases espaciais ou temporais das idades e épocas dos arqueólogos evolucionistas. Em vez disso, os limites geográficos e a duração de cada cultura devem ser estabelecidos empiricamente, e as culturas particulares alinhadas cronologicamente por meio da estratigrafia, seriações e sincronismos. Ele sustentava que o significado histórico de diferentes tipos de artefatos só podia ser verificado considerando-se o papel que desempenhavam nas culturas pré-históricas" (TRIGGER, 2004, p.166, tradução de Ordepe Trindade Serra).

---

<sup>2</sup> Entendemos cultura arqueológica como a materialização de uma cultura. Para sua determinação os artefatos devem estar primeiramente associados ao seu contexto. Caso estejam fora de seu contexto, essas podem ser inferidas por comparação de acordo com o estilo, decoração, forma e função. Como, também, com o auxílio de pesquisa bibliográfica de trabalhos de arqueólogos que já trabalharam na região onde os artefatos foram encontrados. Cultura, para nós, conforme definiu Tylor (1871) é "um todo complexo que inclui capacidades, conhecimento, crença, arte, moral, leis, costumes, hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade". Entretanto, completamos essa definição, incluindo, também, todos os hábitos, padrões de comportamento e a maneira que o homem utiliza suas capacidades cognitivas para intervir no meio ambiente, que distinguem um grupo social.

Contudo, ao interpretar mudanças culturais, os arqueólogos histórico-culturais como Childe, recorriam a fatores externos à cultura como, por exemplo, a migração e a difusão, a continuidade cultural era relacionada à ausência desses fatores (TRIGGER, 2004, p. 167).

Tratadas essas explicações gerais sobre o fenômeno histórico-cultural, apresentamos um estudo de caso para ilustrar de maneira genérica como essa abordagem é desenvolvida.

### **3. Estudo de Caso: Arqueologia Histórico-Cultural**

Texto: CLARK, G. *Archaeology and Society* (Arqueologia e Sociedade), 1939, London (Londres): Methuen, Cap. VI; "Reconstruction: Economic Life" (Reconstrução: A Vida Econômica), pp. 169-218.

O tema principal do texto é a reconstituição da pré-história da humanidade por meio do estudo da vida econômica das pessoas no passado. Para tanto, Clark (1939) utilizando um modelo sistemático de investigação, vai propor a análise do habitat, dos meios de subsistência, dos tipos de habitação e vestuário, da tecnologia, dos transportes e do comércio.

Ele utiliza o termo pré-historiador, no lugar de arqueólogo e afirma que o pré-historiador se diferencia do historiador por trabalhar a reconstituição da vida econômica ao nível mais abstrato tanto dos grupos sociais como com dos indivíduos.

A primeira tarefa desse trabalho deve ser a definição das culturas a partir do que Clark (1939) chama de unidades sociais. Para isso é necessário que o pesquisador discrimine quais são os grupos mais importantes do ponto de vista da influência, da semelhança e transmissão cultural, pois esses servirão como referência na identificação de outros grupos e classes. Além disso, permite ao pré-historiador fazer comparações entre essas unidades para descobrir as mudanças da história cultural desses grupos.

Quanto mais numerosos forem os conjuntos de dados, principalmente, aqueles que revelarem uma opção ou um estilo, isso incluiu também dados do meio ambiente e, principalmente, econômicos, mais



precisa será a definição das culturas (CLARK, 1939). Percebe-se, nessa afirmação, a preocupação do autor em definir quais são, onde e como viveram os grupos culturais no passado para ter uma visão clara dos limites da expansão das diferentes culturas num dado período.

A sistemática de trabalho do autor ressalta a preocupação em interpretar os vestígios arqueológicos. Mesmo dando maior ênfase aos aspectos econômicos, ele analisa a cultura como o resultado da interação entre homem e meio ambiente, identifica a influência dos aspectos sociais, econômicos e culturais sobre os meios de subsistência e faz as primeiras inferências sobre a interferência humana no desenvolvimento da vida animal e vegetal.

Além disso, resgata os vestígios da fauna para auxiliar na reconstrução da vida econômica e vê a “arte” primitiva como fonte de informação. Mostra a importância do contexto dos achados para as interpretações das análises quantitativas e laboratoriais. O contexto das habitações, por exemplo, permite estabelecer o tamanho dos grupos que habitavam o lugar. Também aborda a importância dos achados fechados como as sepulturas, para a seriação dos artefatos, da tecnologia e da matéria-prima dos objetos, para determinar a origem exata dos mesmos, bem como do comércio como meio de o homem vencer as limitações ecológicas. Enfim, todos esses elementos são importantes, pois estão interligados a muitos aspectos da vida social.

Para Clark (1939) a aproximação da Arqueologia da História deve ocorrer porque assim como o historiador, o pré-historiador também almeja o conhecimento da estrutura e da dinâmica social das sociedades. Contudo, a diferença é que o historiador tem uma grande disponibilidade de registros escritos, ao contrário do pré-historiador que conta apenas com dados indiretos, ou seja, que necessitam muito mais da subjetividade do pesquisador para a sua interpretação.

Assim, de acordo com Clark (1939) o pré-historiador deve utilizar o método comparativo etnográfico para saber como as sociedades extintas funcionaram no passado. As comparações dos remanescentes arqueológicos deverão ser feitas com outras sociedades semelhantes que ainda estão em atividade, para então estabelecer um conjunto de correlatos que permitiram ao pesquisador construir um modelo para os vários aspectos da vida social e mostrar como eles se inter-relacionam e como o estudo de cada um pode contribuir para a compreensão do todo.

Do exposto acima, podemos ver a importância dos estudos funcionalistas da etnologia no início do século XX para a Arqueologia Histórico-Cultural e o começo de uma abordagem sistêmica da cultura.

A análise que a Arqueologia Processual faz das culturas no início da década de 1960 está vinculada as ideias de Clark (1939) apresentadas nesse texto, pois Arqueologia Processual também procurou a compreensão do todo, estudando cada sistema e cada uma de suas variáveis separadamente para em seguida reconstituir o padrão de articulação ao longo de todos os sistemas relatados (FLANERY, 1973, p. 105).

A crítica do autor é endereçada aos evolucionistas, pois esses não consideraram os processos históricos ao abordarem a pré-história da humanidade, concentraram-se apenas nos critérios biológicos da origem humana. Por isso, ele propõe a consideração tanto dos critérios biológicos como dos históricos na avaliação da evolução humana.

Há três pontos interessantes no texto. O primeiro é muito presente na Arqueologia Histórico-Cultural, inclusive Trigger (2004) critica ao dizer que esse paradigma explica a mudança cultural apenas como o resultado de influências externas, Clark (1939) considera a influência do contato com outras culturas diferentes na mudança cultural. O segundo focaliza a atenção na adaptação humana diante das alterações do meio ambiente, bem como na utilização do conhecimento humano para modificá-lo de acordo com suas necessidades. O terceiro ponto é o reconhecimento que o autor faz dos estudos que Pitt Rivers fez sobre suas detalhadas escavações, no início da década de 1870, e sobre etnografia comparada em 1914. Isso mostra a maneira como o pensamento arqueológico foi desenvolvido, não há uma ruptura total com o pensamento anterior, pelo contrário ele foi reformulado.

Entretanto, as ideias de Clark (1939) ainda são imbricadas pelo preconceito cultural dos evolucionistas. Ele afirma que as comunidades podem ser enriquecidas pelo contato com grupos mais desenvolvidos culturalmente, porém acaba sendo determinista ao afirmar que o empobrecimento cultural ocorre quando uma comunidade é forçada a migrar para lugares onde as condições ambientais são mais desfavoráveis, como biomas com pouca diversidade, pluviosidade muito baixa ou irregular.

De modo geral, esse texto mostra a preocupação do autor em desenvolver uma metodologia que desse conta de explicar os processos sociais, ou seja, como as coisas funcionam e mudam nas sociedades. Essa preocupação com a construção de modelos, com a interdisciplinaridade, com as análises quantitativas e com os pequenos detalhes entre os vestígios

arqueológicos seria o começo de uma estrutura de análise científica na arqueologia e uma influência para o paradigma seguinte: a Arqueologia Processual.

No Brasil entre 1965 e 1970 as pesquisas desenvolvidas durante o "Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas" (PRONAPA) também tentaram traçar as sínteses da ocupação dos grupos tradicionais, ou seja, quais os grupos étnicos que habitaram o território brasileiro, por meio de um esquema cronológico de desenvolvimento cultural, dos conceitos de fase<sup>3</sup> e tradição<sup>4</sup> que comparecem em determinados lugares. Essa seria a relação da Arqueologia Histórico-Cultural com a atuação do PRONAPA na Arqueologia Brasileira.

Os estudos sobre grupos étnicos e seu centro de origem e rotas de dispersão têm suas raízes na Arqueologia Histórico-Cultural. No Brasil, estudos com esse foco, têm sido realizados desde a primeira metade do século XIX até atualmente com os Guarani e os Tupi devido à ampla dispersão espacial e temporal da cultura material desses grupos identificada no registro arqueológico. Essas sociedades foram agrupadas, por meio de dados linguísticos sobre os falantes das línguas Tupi e Guarani e etno-históricos, pelo PRONAPA (1969), dentro da "Tradição Tupiguarani". Essa medida foi tomada segundo Brochado (1973, p. 9) para diferenciar a tradição cerâmica da família linguística Tupi-guarani, pois nem todos os povos falantes do Tupi ou Guarani possuem cerâmica ou a faz da mesma maneira.

Entretanto, no Brasil, os trabalhos deram pouca atenção a alguns aspectos fundamentais da pesquisa arqueológica desenvolvida pela Arqueologia Histórico-Cultural europeia como, por exemplo, a cruzamento dos dados cronológicos e contextuais específicos de ordem cultural e natural do registro arqueológico, ou seja, desconsideraram-se as ideias implícitas dos conceitos originais conforme afirma Dias (2007, p.63). Assim, as tradições passaram a ser limitadas a descrever fenômenos de continuidade temporal relacionados, em termos gerais, a aspectos de natureza tipológica, bem como com base em estudos rápidos de uma parcela dos sítios.

---

<sup>3</sup> Para Willey e Phillips (1958, p.22) apud Dias (2007) fase é uma unidade arqueológica que possui traços característicos para distingui-la de todas as outras unidades, seja da mesma ou de outras culturas ou civilizações, limitada pela grandeza de uma localidade ou região e cronologicamente limitada a um intervalo de tempo relativamente breve.

<sup>4</sup> Ainda de acordo com Willey e Phillips (1958, p. 37) apud A. Dias (2007) uma tradição arqueológica é uma continuidade temporal representada por configurações persistentes em tecnologias únicas ou outros sistemas de formas relacionadas. Assim uma tradição pressupõe uma ou várias unidades arqueológicas relacionadas entre si que são persistentes no tempo e se transpõem por meio do convívio social.

#### **4. A Arqueologia Processual ou “Nova Arqueologia”**

A Arqueologia Processual, na América do Norte, esteve vinculada a teoria antropológica e ao desenvolvimento de metodologias que dessem conta de explicar os processos sociais e naturais. Essa preocupação em apresentar um padrão de estrutura de análise deu um caráter mais científico à Arqueologia e aproximou-a da Antropologia, principalmente dos estudos da Antropologia Física sobre adaptabilidade humana. O objetivo era explicar como as coisas funcionam e mudam nas sociedades.

A Arqueologia Processual não significou uma ruptura radical com a tendência teórica antecedente (Histórico-Cultural). Embora seus ideólogos afirmarem que suas intenções eram romper completamente com as ideias difusionistas e evolucionistas dos arqueólogos histórico-culturais, os enfoques funcionalista e processual aparecem, mesmo que de forma sutil, no texto de Clark (1939) apresentado anteriormente no estudo de caso sobre a Arqueologia Histórico-Cultural.

É importante notar que as tendências teóricas expressam o pensamento vigente da época e não estão dissociadas umas das outras, as mudanças foram resultantes de um processo de conhecimento cumulativo sobre a observação e explicação dos dados arqueológicos.

Os estudos feitos anteriormente construíram conhecimentos sobre os artefatos encontrados e sua identificação com grupos étnicos no passado, as rotas pelas quais as coisas foram trocadas, estabeleceram teorias sobre a origem das culturas, do comércio, das cidades, da antiguidade humana, entre outras informações, que são essenciais para a maneira com que fazemos e reformulamos as interpretações do registro arqueológico.

Lewis Binford é um dos pesquisadores com maior destaque nos postulados teóricos da Arqueologia Processual. Para ele a cultura deveria ser analisada de forma sistêmica e processual na qual o processo se refere às relações dinâmicas de causas e efeitos que operam entre os componentes do sistema e o meio ambiente (BINFORD, 1968, p. 269).

A Arqueologia Processual surge como tendência teórica em 1960, com o objetivo de dotar a Arqueologia de um caráter científico e com a preocupação de contrastar e formular, por meio da observação dos registros arqueológicos, uma série de explicações e leis gerais sobre o funcionamento

do comportamento cultural humano, diante das condições e eventos do passado e do meio ambiente.

De acordo com Flanery (1973) a Arqueologia Processual

[...] busca entender e explicar o sistema que está por trás de ambos os indivíduos e materiais de uma cultura. Esse sistema é constituído por partes que se interagem e que estão em constante relação com o meio ambiente natural. A estratégia é isolar cada sistema e estudar cada uma de suas variáveis separadamente. O objetivo final é a reconstituição completa do padrão de articulação, ao longo de todos os sistemas relatados (FLANERY, 1973, p 105, tradução nossa).

Assim, procura entender qual a energia utilizada para manter esse sistema, quais os mecanismos que o regulam e o que faz esse ter outros componentes. Para tanto, as bases teóricas do “processualismo”, de modo geral, estaria no neoevolucionismo<sup>5</sup> dos antropólogos culturais Julian Steward e Leslie White, no positivismo lógico e na Teoria Geral dos Sistemas<sup>6</sup> do biólogo Ludwing Von Bertalanffy.

---

<sup>5</sup> O evolucionismo, na década de 1960, ao contrário do evolucionismo do século XIX entendia o desenvolvimento cultural de forma gradual. Dessa forma as culturas se desenvolveriam a partir de um centro de origem e se tornariam mais complexas com o passar do tempo. Os neoevolucionistas procuraram explicar a cultura de acordo com a energia disponível por indivíduo, assim a cultura evolui na medida em que a quantidade de energia utilizada aumenta. As técnicas seguiriam uma evolução progressiva resultante da eficiência da aplicação da energia ao trabalho. A lei é resumida na seguinte fórmula: Cultura = Energia x Tecnologia (TRIGGER, 2004, p. 283).

Meggers foi uma das primeiras a aplicar a teoria neoevolucionista à arqueologia em 1960. Em situações de inexistência de fontes de energia não humanas em pequenas sociedades, afirmava ela que, a lei de White, aplicada a estas sociedades, deveria ser reescrita da seguinte forma: Cultura = Ambiente x Tecnologia. (TRIGGER, 2004, p. 285).

<sup>6</sup> “Um sistema pode ser definido como um complexo de elementos em interação” (BERTALANFFY, 1975, p.84, tradução de F. M. Guimarães\*). Assim, a Teoria Geral dos Sistemas é uma disciplina científica lógico-matemática, em si mesma puramente formal, mas aplicável às várias ciências empíricas, cujo objeto de estudo é a formulação de princípios válidos para “os sistemas” em geral, qualquer que seja a natureza dos elementos que os compõem e as relações ou “forças” existentes entre eles (L. BERTALANFFY, 1975, p. 61). É uma ciência geral da “totalidade”, seus principais propósitos são integrar as várias ciências naturais e sociais, esta integração parece centralizar-se em uma teoria geral dos sistemas. É

As mudanças culturais são interpretadas como resultantes da ação do homem diante das dificuldades e mudanças no meio ambiente, ou seja, a cultura material pode ser considerada como um produto tanto do meio físico como do meio social.

Para a Arqueologia Processual a cultura é um meio extrassomático de adaptação humana ao meio ambiente. Sendo assim, o sistema cultural deve ser visto num contexto adaptativo tanto social como ambiental; não como o resultado de influências, estímulos, ou até mesmo migrações entre unidades geograficamente distintas (BINFORD, 1962).

Entretanto, isso sugere ainda uma abordagem unilinear como aparece em algumas formulações histórico-culturais, pois com base em apenas informação sobre a tecnologia desenvolvida pelo homem e as características do ambiente, são determinadas as características básicas de todo o resto de uma cultura pré-histórica (TRIGGER, 2004, p. 285).

A abordagem processual tem como característica investigativa a interdisciplinaridade com outras ciências, como a biologia, a zoologia, a física, a estatística, a geografia, ou seja, utiliza os estudos feitos por disciplinas afins da Arqueologia para contribuir com a interpretação final do objeto arqueológico.

A experimentação está presente nos estudos processuais, principalmente, na análise comportamental ou na Arqueologia Comportamental de Schiffer (1972). Esse pesquisador formou-se na escola processual, foi aluno de Binford e desenvolveu muitos experimentos em laboratório com material cerâmico objetivando identificar suas mudanças tecnológicas.

Dessa forma, considera-se que "a cultura pode ser vista como um sistema comportamental de auto-regulação e subsistemas interdependentes que adquire matéria, energia e informação". (SCHIFFER, 1972, p.157, tradução nossa).

---

um meio para alcançar uma teoria exata nos campos físicos da ciência (BERTALANFFY, 1975, p. 62). Existem dois tipos de sistemas, o sistema fechado e o aberto. Sistemas fechados são considerados todos aqueles elementos que estão isolados de seu ambiente. Sistemas abertos "são todos aqueles organismos vivos, mantêm-se, portanto, em contínuo fluxo de entrada e de saída, conserva-se mediante a construção e a decomposição de componentes, nunca estando, enquanto vivo, em um estado de equilíbrio químico e termodinâmico, mas mantendo-se no chamado estado estacionário [...]". (BERTALANFFY, 1975, p.64, tradução de F. M. Guimarães).

Schiffer (1975, p.48) enfatiza que a transformação dos registros arqueológicos pode ser afetada por leis denominadas por ele de processos de formação cultural ou “c-transforms” e não cultural ou “n-transforms”.

“Os processos de formação cultural são atividades como o descarte de ferramentas desgastadas, deposição dos mortos e abandono de itens utilizáveis ao sair de um lugar, que transformam os materiais de um contexto sistêmico para o contexto arqueológico. Processos de formação não cultural, tal como deposição eólica, erosão, tocas de animais, agem nos materiais culturalmente depositados, transformando-os ainda mais” (SCHIFFER, 1975, p. 48, tradução nossa).

Assim, quando os objetos estão interagindo com a cultura que os criaram diz-se que estes estão em contexto sistêmico, quando esses objetos são abandonados no solo e passam interagir apenas com as condições físicas e químicas do meio ambiente diz-se que esses estão em contexto arqueológico. Quando esses objetos são retirados pelos arqueólogos das jazidas arqueológicas esses voltam interagir com a cultura, sendo assim, estão novamente em contexto sistêmico (SCHIFFER, 1987, p.3-4).

Entretanto, somente essas leis de processos de formação não são suficientes para fornecer as bases para fazer inferências sobre o comportamento humano de uma cultura. Essas leis ajudam a estabelecer outros conjuntos de leis conhecidas como correlatos. Os correlatos são ferramentas conceituais de relações estabelecidas entre as variáveis comportamental e organizacional de um sistema sócio-cultural (SCHIFFER, 1975, p. 48).

Dessa forma, Schiffer (1975) acredita que é por meio da utilização de correlatos nos processos de formação cultural e não cultural que se estabelecem leis para explicar os dados extraídos do registro arqueológico.

Além disso, apresenta um modelo, entendido como cadeia comportamental, de análise dos elementos materiais que é muito semelhante à análise de cadeia operatória, utilizada na Arqueologia, por Leroi-Gourhan na década de 1960.

Os processos básicos desse modelo são: aquisição, manufatura, uso, manutenção e descarte. Assim, a análise leva em consideração as

áreas de procura de matérias-primas, de água, alimentos, como os objetos foram usados, fabricados, descartados e uma possível reutilização dos mesmos (SCHIFFER, 1972, p. 156).

A cadeia comportamental de Schiffer (1972) é uma ferramenta muito interessante para entender as escolhas tecnológicas feitas pelos artesãos durante o processo de confecção dos artefatos e estabelecer correlatos para a interpretação arqueológica.

A Arqueologia Comportamental se preocupa com os processos culturais que envolvem os vestígios arqueológicos e entende que é o comportamento humano que os modifica. A cultura é o resultado do comportamento humano, que é ensinado ao indivíduo no convívio social (SCHIFFER, 1987, p. 7). Portanto, há um claro interesse no comportamento humano e na cultura material.

Binford (1962, p. 217) dedica-se a questões mais genéricas e vê a cultura como o resultado da adaptação humana ao meio ambiente, ou seja, como o homem explora a paisagem e quais são suas estratégias de mobilidade, de subsistência. Assim, propõe a divisão de três maiores subclasses funcionais para a cultura material: as “tecnomic” ou tecnômica, “sócio-technic” ou sócio-técnica e “ideo-technic” ideo-técnica, bem como as propriedades estilísticas formais que perpassam essas categorias. Ele denomina essa distinção de abordagem sistêmica, pois considera os processos de mudança dentro de cada uma dessas classes, mostrando a especificidade social na qual os artefatos tem sua função primária.

Para Binford (1962, p. 219) os arqueólogos devem identificar os artefatos da classe “tecnomic” entre outras formas artefatuais. Os artefatos classificados como “tecnomic” são aqueles que têm seu contexto primário funcional lidando diretamente com o meio ambiente físico. Dessa forma, a variabilidade nessa classe de artefatos deve ser explicada, principalmente, com referência as características do meio ambiente.

Os artefatos da classe “sócio-technic” tem seu contexto primário funcional no subsistema social. São enquadrados dentro dessa categoria aqueles que assinalam posição social favorável, ou seja, prestígio e renome, numa determinada sociedade (BINFORD, 1962, p. 219).

Os artefatos da classe “ideo-technic” tem seu contexto primário funcional no componente ideológico do subsistema social. Esses itens significam e simbolizam a ideologia desse subsistema e fornece informações sobre o ambiente simbólico no qual os indivíduos são aculturados, ou seja,



no ambiente em que ocorre o processo de modificação cultural do indivíduo. Itens como figuras de divindades, símbolos de clãs, de agentes e seus encargos são inclusos nessa categoria (BINFORD, 1962, p. 220).

Essas diferentes classes de artefatos de Binford (1962) são estabelecidas por meio da distinção entre características funcionais e estilísticas dos artefatos, porém vê essas variações em termos de normas e de diferenças étnicas. Entendendo a variação estilística na decoração dos vasos cerâmicos como um produto passivo do meio enculturativo<sup>7</sup> (JONES, 1997, p. 11).

Jones (1997, p.111) faz algumas críticas a essas diferentes classes de Binford (1962), afirmando que os estudos da Arqueologia Processual sobre a organização dos grupos humanos no passado têm se fundamentado em aspectos particulares da cultura material, tais como a variação estilística na decoração cerâmica.

“Os defensores da nova arqueologia reagiu contra a abordagem tradicional histórico-cultural e à idéia de que a cultura material meramente refletiria as normas sociais, mas ao fazer isso eles impuseram uma concepção funcionalista da cultura, incluindo a cultura material, como um mecanismo adaptativo epifenomenal<sup>8</sup> (JONES, 1997, p. 116, tradução nossa).

Além disso, Jones (1997, p. 115) considera que a variação estilística não é uma reflexo passivo do meio enculturativo dentro dos contextos etnicamente delimitados, pelo contrário, ela é ativamente produzida, mantida e manipulada nos processos de comunicação e mediação das relações sociais.

Binford (1980) usou teorias de médio-alcance para descrever suas investigações em Etnoarqueologia, ou seja, fazer uma generalização segura

---

<sup>7</sup> Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o termo enculturação significa “processo pelo qual a sociedade condiciona seus membros para que assimilem a cultura dominante e participem da evolução da sociedade”.

<sup>8</sup> Segundo o dicionário eletrônico da língua portuguesa Houaiss 3.0, 2010, o termo epifenômeno é definido como um “produto acidental, acessório, de um processo, de um fenômeno essencial, sobre o qual não tem efeitos próprios”.

a base de dados empíricos e de modelos tratados com precisão para definir as variáveis que condicionam a formação do registro arqueológico e assim reconhecer alguns padrões arqueologicamente observáveis.

Caberia, então, a Binford, a tarefa de identificar os mecanismos que condicionam a formação do registro arqueológico e estabelecer as condições sob as quais eles ocorrem. Foi essa preocupação que levou Binford (1980) ao Norte do Alasca para fazer trabalhos de campo nos quais ele observaria o contexto em que os homens confeccionam seus instrumentos de pedra. Esperava ele poder estudar a relação entre a dinâmica (comportamento humano) e a estática (os instrumentos de pedra) num cenário atual.

Realizada a explanação geral dos pressupostos da Arqueologia Processual, na sequência, apresentamos um estudo de caso desenvolvido sobre essa perspectiva teórica.

## **5. Estudo de Caso: Arqueologia Processual**

Sendo assim, apresenta-se como estudo de caso o artigo "Willow Smoke and Dogs Tails: Hunter-Gather Settlement Systems and Archaeological Site Formation" (Willow Smoke and Dogs Tails: Sistemas de Assentamentos de Caçadores-Coletores e a Formação do Sítio Arqueológico), Binford, 1980.

Este artigo discute os padrões comportamentais que Binford (1980) reconheceu no estudo empírico sobre os Esquimós Nunamiut. Ele procura identificar com auxílio da pesquisa sistemática de registros históricos e etnográficos, as diferenças no padrão da mobilidade humana e, por sua vez, nos vestígios arqueológicos. Para Binford (1980), isso significa que os sítios de caçador-coletores não são iguais e seus papéis organizacionais podem variar dentro de um sistema.

Aplicando uma abordagem sistêmica, Binford (1980) analisa os sistemas humanos de adaptação de grupos caçador-coletores do Norte do Alasca e Sul da África. Essas sociedades são organizadas internamente por um conjunto de elementos formalmente diferenciados, seu objetivo é caracterizar as ações desses indivíduos e as localidades onde elas ocorrem. Dessa forma, ele procura saber quais os tipos de sítios arqueológicos podem ser gerados por esses grupos em diferentes ambientes e quais são os tipos

prováveis de arranjos espaciais que podem ser encontrados entre diferentes sítios arqueológicos.

Para Binford (1980) os registros arqueológicos são exemplos de padrão estático entre as coisas distribuídas no espaço. Assim, os arqueólogos devem ter um sofisticado conhecimento e entendimento das dinâmicas das adaptações culturais.

Sendo assim, para entender as causas dessas dinâmicas, Binford (1980) acredita que não basta fazer um estudo comparativo formal dos remanescentes arqueológicos, é necessária uma extensa experiência com sistemas vivos. Ou seja, ele está fazendo uma crítica às abordagens normativas histórico-culturais que se baseiam em apenas um aspecto entre os diversos fatores culturais e ambientais que podem contribuir para a formação do registro arqueológico.

Portanto, Binford (1980) compara o conhecimento que ele tem sobre os sistemas de assentamentos e subsistência de grupos caçadores-coletores tais como os Nunamiut (Esquimós habitantes do Norte do Alaska), com os dos povos San ou "Bushman" (Bosquímanos habitantes do Sul da África), que são documentados etnograficamente, para então discutir como esses grupos sociais, entendidos como sistemas, devem variar em meio ambientes diferentes.

Assim Binford (1980) afirma que:

"No decorrer dessas discussões, vou considerar os tipos de sítios arqueológicos gerados em diferentes ambientes, bem como algumas das prováveis modalidades espaciais entre esses sítios. O bom diagnóstico é "dependente da teoria". Quero, então, me preocupar com os fatores que condicionam ou "a causa" de diferentes padrões de variabilidade entre sítios no registro arqueológico". (BINFORD, 1980, p. 5, tradução nossa).

Os Nunamiut são caracterizados por Binford (1980) como indivíduos caçadores-coletores "logisticamente organizados", ou seja, que estocam alimentos. Os San ou Bushman são caracterizados como caçador-coletores "foragers" ou "forrageiros", pois ao contrário dos Nunamiut, não estocam

alimentos, fazem coletas de alimentos diariamente e retornam para suas residências no final do dia.

Os indivíduos “Foragers”, geralmente, têm alta mobilidade residencial, (mudam constantemente sua residência de lugar) e estratégias diárias de procura de alimentos. Assim, Binford (1980) reconhece dois tipos básicos de contexto espacial gerado pelo sistema desses grupos: o de “base residencial” e o de “localização”. No contexto da base residencial, há um maior processamento, manufatura e manutenção dos objetos. No de “localização” ocorre exclusivamente as atividades extrativistas.

Sendo assim, se o volume da procura desses alimentos é baixo, então o uso, a exaustão e o abandono de ferramentas são feitos numa taxa muito baixa. Os remanescentes arqueológicos serão encontrados espalhados pela paisagem ao invés de concentrados nos sítios (BINFORD, 1980).

O resultado para Binford (1980) é que a variabilidade nos conteúdos dos sítios de “base residencial” refletirá geralmente diferentes esquemas de atividades sazonais e diferente duração de ocupação.

Em contraste, os grupos Nunamiut (“logisticamente organizados”) são caracterizados pelo estoque de alimentos, ao menos em uma parte do ano. Essa prática têm diretas implicações nas tarefas locais desses grupos, que podem deixar um local residencial e se estabelecerem num campo numa estação do ano na qual a procura de alimentos deve ser planejada e executada (BINFORD, 1980).

A particularidade e a especialização das estratégias de subsistência dos grupos Nunamiut resultam nas atividades funcionais direcionadas para os lugares em função da logística de coleta de tipos específicos de recursos. Para esses grupos, Binford (1980) reconhece cinco tipos de contextos espaciais que podem ser gerados por esse sistema: o de “base residencial”, “localização”, “acampamento”, o “estacional” e o de “abrigo”.

Os “abrigos” são componentes comuns da estratégia logística e lugares onde os grupos se estabelecem quando saem à procura de recursos. Os “acampamentos” são os lugares onde a caça é mantida até ser levada totalmente para a “base residencial.” O “estacional” ou “local de observações” é o lugar ocupado e utilizado basicamente para a coleta de informações.

Binford (1980) sugere que a mobilidade é uma “estratégia de posicionamento”, que pode ser muito mais resultante do modo como os

alimentos estão distribuídos no meio ambiente, do que uma consequência direta da sua abundância.

Além disso, conclui que um conjunto de remanescentes arqueológicos é derivado de uma série de eventos característicos de um sistema, no qual as variabilidades logísticas e residenciais não são vistas como princípios opostos, mas como alternativas organizacionais tomadas pelo grupo, que podem ser empregadas em diferentes ambientes. Essas misturas organizacionais provem as bases para uma extensiva variabilidade que pode gerar muita confusão na padronização arqueológica.

Assim, para Binford (1980), o maior condicionante da diferenciação dos eventos são as variáveis climáticas como a pluviosidade e radiação solar, quanto maior for a variação nesses elementos, provavelmente, maior será o papel da mobilidade logística para o estoque de alimentos num assentamento. Portanto, a mobilidade deve ser entendida como uma organização básica de estratégia de subsistência empregada pelos caçador-coletores na sua relação com o meio ambiente.

Para Binford (1980) a compreensão da padronização da ocupação de um sítio arqueológico e uma consideração detalhada de seus fatores ou de seu posicionamento em termos macro-geográficos é necessária para que seja possível começar a desenvolver uma teoria compreensiva do padrão comportamental de assentamentos e subsistência dos caçador-coletores.

Neste estudo de caso, Binford está interessado em estabelecer os padrões comportamentais de assentamento e subsistência para identificar quais os tipos de sítios e objetos arqueológicos esses comportamentos humanos podem gerar.

Entretanto, o trabalho de Hodder e Hutson (2003, p. 2) mostrou que em Baringo no Quênia a cultura material da sociedade que habita aquela região não é um reflexo direto do comportamento humano, mas sim uma transformação desse comportamento.

Hodder e Hutson (2003, p. 2-3) nos alerta para o problema das generalizações em arqueologia, num primeiro momento eles tinham sugerido que a similaridade estilística dos objetos aumenta com a interação entre as pessoas. Entretanto, o estudo etnoarqueológico, mais detalhado, feito com os grupos étnicos de Baringo mostrou o contrário, "quanto maior a interação entre as pessoas daquele lugar, menor é a similaridade estilística dos objetos e quanto maior seja a competitividade entre grupos, tanto mais

marcados serão os limites da cultura material". (HODDER; HUTSON, 2003, p. 2, tradução nossa).

Para Hodder e Hutson (2003) as generalizações de Binford (1980) que mostram a cultura material como um reflexo direto do comportamento humano são pouco convincentes.

"[...] as generalizações não são convincentes e reforçam a ideia de que a cultura material é um reflexo indireto da sociedade humana. Entretanto, se nós concebermos a cultura material como ativa, o termo "reflexo" não representa a relação entre cultura material e sociedade. Ao invés disso, cultura material e a sociedade se constituem historicamente dentro de um conjunto específico de ideias, crenças e significados". (HODDER; HUTSON, 2003, p. 3, tradução nossa).

## **6. Considerações finais**

Desde suas raízes no estudo do antiquariado a Arqueologia vem desenvolvendo sua metodologia. O antiquário não colecionava apenas as coisas, ele também as estudava. Acreditavam na observação empírica e cultivavam um estado permanente de dúvida, desconfiavam de tudo. Essa atitude fez com que eles direcionassem seus estudos para os experimentos, os documentos e os fatos individuais, desconfiando do pensamento dogmático, ou seja, qualquer pensamento que se orientava pela aceitação ilimitada de princípios tidos como incontestáveis.

“Os fatos individuais eram colecionados e separados com uma perspectiva de um levantamento geral futuro daquelas instituições, costumes, cultos, a respeito dos quais as moedas e as inscrições eram consideradas como as evidências mais importantes” (MOMIGLIANO, 2004, p. 90, tradução M.B. Borba Florenzano).

Dessa forma, eles estavam interessados em juntar elementos a imagem que se tinha do passado e disponibilizá-los as gerações futuras de pesquisadores.

Essa atitude autônoma e sistemática dos primeiros antiquários foi transmitida para as gerações seguintes. No século XIX, o pesquisador

Boucher de Perthes foi o primeiro a considerar em seus estudos evolucionistas a história da antiguidade humana e com isso também foi o primeiro a sofrer reações dos cientistas influentes na comunidade científica da época contra seu trabalho.

Para comprovar seus estudos ele relacionou a antiguidade do homem com a história da Terra e suas glaciações e interglaciações, ou seja, variações climáticas de períodos de intenso resfriamento e aquecimento da Terra. Dessa forma ele associou remanescentes de atividades humanas, como os utensílios de pedra, anteriores ao dilúvio bíblico, com os restos de mamíferos extintos de sítios na região de Abbeville e Amiens na França.

Com isso criou um quadro teórico para a antiguidade humana que, num primeiro momento, não foi aceito pela maioria da comunidade acadêmica daquela época, pois não confiaram na metodologia de seu trabalho, julgando serem duvidosas suas análises do contexto estratigráfico.

Essa questão seria decidida em uma nova resolução alcançada no período de 1850 a 1860. [...] “O passo crucial para chegar a essa resolução foi a escavação da Caverna de Brixham” (GRAYSON, 1983, p. 179, tradução nossa). Nessa caverna, localizada ao sul da Inglaterra, muitos artefatos de pedra e restos de mamíferos extintos foram encontrados numa camada de solo selada.

“O significado real desse trabalho foi impulsionado devido à credibilidade que os indivíduos, que fizeram as descobertas na caverna de Brixham, tinham na comunidade científica, isso fez com que as descobertas feitas por Boucher de Perthes e Rigollot fossem reexaminadas” (GRAYSON, 1983, p. 185, tradução nossa).

Sendo assim, Boucher de Perthes foi um pioneiro, também, na técnica de escavar, registrar, descrever e a fazer inferências sobre a função dos achados. Além de fazer uma abordagem interdisciplinar com a Paleontologia e a Geologia para utilizar a análise do contexto estratigráfico como método de datação. Assim, estabeleceu uma cronologia relativa para a antiguidade humana e rompeu com a convicção de que o conhecimento histórico só poderia ser adquirido a partir de registros escritos.

No início do século XX, a Arqueologia dispoñendo das técnicas de escavação rigorosa, intensificou também sua capacidade de descrição, de classificação e construção de tipologias e catálogos.

A experiência do arqueólogo para Petrie (1972, p. 14) o ajudar a discriminar e distinguir as diferenças entre forma e textura, as variações de cores, de materiais, de decoração, com o objetivo de discriminar os artefatos de várias idades distintas.

O trabalho de Clark (1939) mostra o início de uma abordagem histórico-cultural na Arqueologia, ao considerar tanto os critérios biológicos como os históricos na avaliação da evolução humana.

O desenvolvimento de uma autoconsciência crítica na arqueologia no início da década de 1970 conforme afirma Clarke (1973, p. 1) foi um processo gradual e partiu dos esforços em lidar com a quantidade crescente de observações arqueológicas a serem explicitadas pelos procedimentos debatidos e pela impertinente definição dos conceitos e classificações.

A abordagem histórico-cultural e a intensificação dos estudos arqueológicos tiveram como resultante o aprimoramento dos estudos e das técnicas arqueológicas. Isso permitiu o aperfeiçoamento das tipologias, das técnicas de seriação, de escavação, de análises do contexto estratigráfico, da classificação e descrição dos achados arqueológicos e o aumento como um todo da compreensão do modo como viviam as pessoas no passado.

A reação ao evolucionismo na Arqueologia Anglo-Americana no início do século XX, tratada pela abordagem histórico-cultural, procurou descrever detalhadamente os atributos e tipos de artefatos para identificar grupos étnicos e determinar a origem exata dos artefatos.

Esses avanços na pesquisa arqueológica se propagaram e os arqueólogos europeus então abandonaram o interesse em problemas evolutivos, passaram a se interessar mais pelos problemas históricos, apoiando-se numa concepção funcionalista da cultura material.

Contudo, conforme afirma Trigger (2004, p. 200) o maior fracasso da Arqueologia Histórico-Cultural foi sua recusa em explicar as propriedades dos sistemas culturais que tornam a inovação possível, como as capacidades e os desejos individuais em inovar, além de ver as mudanças culturais apenas como resultantes de inovações vindas de fora.

De modo geral, a Arqueologia Histórico-Cultural no início do século XX pode ser caracterizada como um paradigma cujo foco é o empirismo, a



descrição e a classificação dos remanescentes arqueológicos por meio de um quadro teórico espacial e temporal. “Apesar da variação entre as diferentes tradições regionais e nacionais da arqueologia histórico-cultural, ela tem sido o principal paradigma arqueológico deste século na Europa e, em grande parte, se não em todo, o mundo” (JONES, 1997, p. 5, tradução nossa).

A metodologia da Arqueologia Processual e o estudo dos sistemas foi um avanço na Arqueologia, principalmente, com relação às análises pré-deposicionais e pós-deposicionais de formação do registro arqueológico.

No entanto, para o entendimento dos processos culturais acreditamos que é necessário considerar a cultura regida também por outros fatores como mostra, por exemplo, Silva (2008) em seu trabalho etnoarqueológico com os Assurini no Xingu, Amazonas

[...] “o passado não pode ser explicado por uma única referência interpretativa, uma vez que os fenômenos culturais são extremamente complexos, com diferentes significados contextuais. Assim, sobre os sistemas tecnológicos em particular tenho demonstrado que estes não devem ser considerados apenas no contexto arqueológico como resultado de processos de adaptação das populações do passado, mas como resultado de sua dimensão social e simbólica” (SILVA, 2008, p. 262, tradução nossa).

A cultura se comporta de maneira que nem sempre é resultado do tipo de comportamento humano e da adaptação ao meio ambiente. O trabalho de (GOSDEN, 2005, p. 202) discuti, entre outras coisas, a agência dos objetos e deixa claro que o comportamento humano nem sempre é ensinado, os objetos no ambiente construído podem influenciar as regras sociais e espaciais, nos quais as pessoas nascem e se socializam obedecendo as regras inconscientemente.

Como vimos nesse breve estudo, a arqueologia nasce no âmago de uma atitude mental sistemática e abrangente de organização e de uma técnica: a técnica de escavar. Esses avanços foram sendo retrabalhados causando mudanças na metodologia, bem como, também, conceitos foram criados e reinterpretados na pesquisa arqueológica.

Portanto, os assuntos estudados anteriormente como, por exemplo, o conhecimento da antiguidade humana, das origens dos artefatos, das rotas pelas quais as coisas foram negociadas, as influências nas técnicas, enfim, a metodologia de classificar, descrever registrar, usar vários métodos de datação, inclusive a análise estratigráfica, foram fundamentais para o desenvolvimento da Arqueologia.

## 7. Referências bibliográficas

BINFORD, Lewis Roberts. **A tradução do registro arqueológico**. Em busca do passado. Lisboa: Europa/América, 1991. p. 28-36.

\_\_\_\_\_. **Archaeological Perspectives**. In New Perspectives in Archaeology, edited by S. Binford and L. Binford general editor. Aldine Publishing Company, Chicago, 1968.

\_\_\_\_\_. **Archaeological Systematics and the Study of Culture Process**. Contemporary Archaeology: Southern Illinois Press, 1973. p.125-132.

\_\_\_\_\_. **Archaeology as Anthropology**. Contemporary Archaeology: Southern Illinois Press, 1973. p.93-101.

\_\_\_\_\_. **Organization and formation processes: looking at curated technologies**. Academic Press: New York, 1983. p. 269-286.

\_\_\_\_\_. Willow Smoke and Dogs' Tails: Hunter-Gatherer Settlement Systems and Archaeological Site Formation. **American Antiquity**, vol. 45, nº. 1. Society for American Archaeology, 1980. p. 4-20.

CHAPMAN, William Ryan. "Arranging ethnology. A.H.L.F. Pitt rivers and the typological tradition". In: G.W. Stocking Jr (ed.). **Objects and Others**. Essays on Museums and Material Culture. Madison: University of Wisconsin Press, 1985. p. 15-48.

CHILDE, Gordon. **What happened in history**. Harmondsworth: Pequin Books, 1952. p. 69-88.

CLARK, Grahame. **Archaeology and society**. London: Methuen, 1939. p. 169-218.

CLARKE, David. **Archaeology: the loss of innocence**. Antiquity. Cambridge: Oxford University Press, 1973. p. 6-18.

DIAS, Adriana Schimdt. **Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2007. p.59-76.

FLANNERY, Kent V. **Culture history vs cultural process: a debate in american archaeology**. Contemporary Archaeology: Southern Illinois Press, 1973. p.102-107.

FLANNERY, Kent V.; MARCUS, Joyce. Cognitive Archaeology. In: Whitley, David. (ed.). **Reader in Archaeological Theory. Post-Processual and Cognitive Approaches**. London: Routledge, 1998. p.35-48.

GOSDEN, Cris. What do objects want? **Journal of Archaeological Method and Theory**, 2005. p. 193-211.

GRAYSON, Donald. **The establishment of human antiquity**. New York: Academic Press, 1983. p. 168-198.

HODDER, Ian. Arqueologia como arqueologia. In: Hodder, Ian; Hudson, Scott (eds.). **Reading the past. Current approaches to interpretation in archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p.236-243.

MONGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004. p.85-118.

PETRIE, William Matthew Flinders. **Methods and aims in archaeology**. New York: Benjamin Blom, 1972. p.1-19 e 122-135.

SCHIFFER, Michael Brian. **The Nature of Archaeological Evidence**. Formation processes of the archaeological record. 1987. p. 3-11.

\_\_\_\_\_. Archaeological Context and Systemic Context. In: Schiffer, Michael Brian. **Behavioral Archaeology**. First principles. Foundations of archaeological Inquiry. 1972. p.156-165.

\_\_\_\_\_. Archaeology as Behavioral Science. In: Schiffer, Michael Brian. **Behavioral Archaeology**. First principles. Foundations of archaeological Inquiry. 1975. p.46-54.

TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. Tradução Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora Ltda, 2004. 419 p.